



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
25 de maio
de 2021

Julgamento de Porto adiado após advogado abandonar a sessão

O julgamento de Lucas Leite Ribeiro Porto, que estava previsto para ocorrer ontem, no fórum do Calhau, foi remarcado para o dia 30 de junho deste ano em razão do advogado de defesa, Ricardo Ponzetto, ter abandonado a causa em plena sessão do Júri Popular. Porto é réu confesso de ter violentado sexualmente e assassinado a ex-cunhada, a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto.

O crime ocorreu no dia 13 de novembro de 2016, no interior do apartamento da vítima, no Turu.

Sete advogados estavam aptos para fazer a defesa de Lucas Porto, mas, apenas o advogado Ricardo Ponzetto compareceu ao julgamento. Antes de iniciar a sessão judicial, a defesa de Porto chegou a pedir o adiamento do júri, mas, acabou sendo negado pelo juiz da 4ª Vara do **Tribunal do Júri**, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, que está presidido o julgamento.

No pedido, a defesa alegou não ter tido acesso as imagens de um do local do crime que está em um HD como também alegou não ter tido acesso às mensagens do celular de Mariana Costa e solicitou o desaforamento do júri (para que seja feito em outra capital do país ou cidade/comarca do Maranhão em que não tenha acesso à comunicação).

O **promotor de Justiça**, Marco Aurélio Fonseca, considerou o pedido de desaforamento do júri como sendo um desrespeito ao estado do Maranhão e ao corpo de jurados. Também reafirmou que vai continuar pedido que Porto seja condenado com pena máxima. "Somente pelo crime de homicídio qualificado por feminicídio, em concurso material; asfixia, mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima e a ocultação de outro crime pode resultar em uma pena máxima de 30 anos; enquanto, o estupro tem como pena máxima até 12 anos de prisão", frisou o promotor.

Abandono O Júri Popular estava marcado para iniciar por volta das 8h30, mas, devido alguns atrasos somente começou após às 11h. No intervalo de dez minutos concedido pelo magistrado José Ribamar Goulart Heluy Júnior, o advogado Roberto Ponzetto se retirou da sala de julgamento, mas não retornou mais como ainda não comunicou a sua ausência ao juiz.

O magistrado acabou aplicando uma multa no valor de

100 saláriosmínimos para o advogado Roberto Ponzetto como também comunicou o caso para a Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Maranhão (OAB-MA) e a OAB do estado de São Paulo com o objetivo de apurar a conduta do advogado.

O juiz concedeu o prazo de 10 dias para o réu confesso constituir um novo advogado e, caso contrário, vai ser designado um defensor público para fazer a defesa no dia marcado da sessão do Júri Popular. Também já foram intimados o réu e as testemunhas para comparecerem no dia 30 de junho deste ano ao fórum do Calhau. "Foi caracterizado como abandono ao constituinte. O fato foi comunicado à OAB para apurar a conduta do advogado e a multa de ressarcimento ao erário e todas as despesas que o Tribunal de Justiça teve na preparação do júri, não só hoje, mas para os dias subsequentes", afirmou o magistrado.

Movimento Antes de começar a sessão, os familiares e amigos de Mariana Costa realizaram uma manifestação na porta do fórum do Calhau. Eles estavam usando camisas com a foto da vítima e a palavra "Justiça". Muitos carregavam flores e cartazes.

O pai da vítima, Sarney Neto, disse que Lucas Porto deve ser condenado a pena máxima e sentiu envergonhado pela manobra aplicada pela defesa do réu confesso. "Eu me sinto envergonhado, não pela justiça maranhense, mas pelos recursos que a família e os advogados do réu, pois, mais uma vez postergando o júri", desabafou Sarney Neto.

A irmã da vítima, Carolina Costa, declarou que espera que a Justiça seja feita e afirmou que Mariana Costa foi brutalmente morta e estuprada como também lutou muito para sobreviver.

"A minha irmã tinha 25 lesões no corpo e, após a condenação do réu confesso, a luta vai continuar, pois, a cada duas horas ocorre um caso de feminicídio", frisou Carolina Costa.

SAIBA MAIS

Cronologia do caso

Dia 13 de novembro de 2016: Mariana Costa foi violentada sexualmente e assassinada pelo

excunhado, no Turu.

Dezembro de 2016: a denúncia do caso foi formulada pelo **Ministério Público** e encaminhada para a Justiça.

Dia 16 de março de 2017: ocorreu a primeira audiência de instrução e as testemunhas foram ouvidas.

Dia 18 de maio de 2017: ocorreu a segunda instrução para ouvir o réu confesso e foi instaurado incidente de insanidade mental arguido pela defesa.

Dia 25 de outubro de 2018: mais uma audiência de instrução para ouvir um médico que atendeu a vítima no dia do crime e Lucas Porto foi pronunciado para ser julgado pelo Júri Popular.

Dia 24 de fevereiro de 2021: julgamento de Lucas Porto foi adiado para o dia 24 de maio deste ano, porque faltavam os laudos das perícias requeridas pela defesa e os peritos não haviam respondido os quesitos de outro laudo que a defesa apresentou.

Dia 24 de maio de 2021: o advogado de defesa, Ricardo Ponzetto, abandona a sessão e o julgamento adiado para o dia 30 de junho deste ano.

Advogado sai do fórum e julgamento é adiado

Foi remarcado para o dia 30 de junho de 2021 o julgamento de Lucas Porto, suspeito de ter assassinado Mariana Costa, 33 anos, no dia 13 de novembro de 2016. Desta vez, negado o pedido de adiamento do advogado de defesa, analisado antes de começar o julgamento, o advogado de defesa de Lucas Porto, Ricardo Ponzetto, abandonou o plenário antes de começar o sorteio dos jurados. Dos 7 advogados de defesa habilitados para o júri, apenas Ricardo compareceu.

O juiz Heluy Júnior, responsável pelo caso, concedeu o prazo de 10 dias para o réu constituir novo advogado e, caso não faça isso, será designado um defensor público para fazer a defesa do acusado. O magistrado comunicará à OAB- MA e OAB-SP que o advogado Ricardo Ponzetto abandonou a defesa. Também aplicará multa no valor de 100 salários mínimos para ressarcimento ao erário.

O júri estava marcado para as 8h30, mas não começou no horário porque o juiz foi avaliar o pedido da defesa de adiamento alegando: querer as imagens 1 do local do crime que está num HD e que diz não ter tido acesso; querer acesso às mensagens do celular da vítima; querer acesso à perícia técnica que foi feita recentemente no 10º andar do prédio onde ocorreu o crime; querer o desaforamento do júri (que seja feito em outra capital do país ou cidade/comarca do Maranhão em que não tenha acesso à comunicação).

O juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior indeferiu todos esses pedidos e decidiu manter o júri. O parecer do **Promotor de Justiça** Marco Aurélio Ramos foi pela realização do júri. Porém, por volta de 12h, no intervalo que o juiz deu para iniciar a sessão e pouco antes de começar o sorteio dos jurados, o advogado deixou o plenário e não mais retornou. "A sessão foi oficialmente instalada, tínhamos um quórum, foi dado início do processo, foi lida a denúncia para que todos soubessem o que estava sendo julgado, então quando teve o intervalo para que as testemunhas, os peritos que foram indicado pelas partes fossem recolhidos em salas próprias, naquele intervalo, a defesa não retornou mais", disse o juiz Segundo o **Promotor de Justiça** Marco Aurélio Ramos, a atitude foi de desrespeito. "A avaliação é que a defesa não tem o que falar. Apesar de ter toda a oportunidade de se manifestar durante o processo, resolveu abandonar hoje o júri, numa demonstração de desrespeito à

justiça e ao povo do Maranhão. Eu quero também destacar que a defesa pediu o desaforamento desse julgamento do estado do Maranhão, dizendo que a sociedade do Maranhão não tem condições de julgar o acusado, que fosse julgado em outro estado, ou ainda que fosse para uma cidade que não tivesse acesso à comunicação, quer dizer, uma tribo de índio, uma situação que não se coaduna com o que se precisa de um julgamento como esse. O **Ministério Público** continua desde o primeiro momento pedindo a condenação e nós alcançaremos essa condenação porque é de justiça", disse.

Somos Todos Mariana Eram 7h30 da manhã e na frente do Fórum Desembargador Sarney Costa um manifesto organizado pelo grupo Somos todos Mariana chamava a atenção para o que ia acontecer nas dependências do Fórum. Várias pessoas vestindo camisas brancas clamavam por justiça pela morte de Mariana Costa, com faixas, cartazes e cruzeiros simbolizando as mortes de centenas de mulheres maranhenses vítimas de feminicídio.

Presente no Fórum, a diretora da Casa da Mulher Brasileira, Susan Lucena, disse que tem acompanhado todas as audiências e os júris dos casos de feminicídio no Maranhão. Sobre o adiamento do julgamento, ela disse que o sentimento é de revolta. "Dessa vez a defesa abandonou disse que não tinha capacidade para fazer a defesa. Todo mundo já falava que essa seria a última cartada, mas temos fé que no dia 30 de junho teremos justiça por Mariana. A Mariana foi morta no dia 13 de novembro de 2016. Ele está sendo processado com 4 qualificadoras, uma delas o feminicídio, então são várias situações que merecem ser destacadas, muitas pessoas foram processadas por falar sobre esse caso, inclusive eu, além de delegados, o pai da Mariana. A gente aguarda justiça no feminicídio da Mariana Costa", espera Susan.

À frente do manifesto Somos Todos Mariana, Carolina Costa e Julianna Costa, irmãs da publicitária, programaram o ato que foi feito em frente ao Fórum.

Relembre o caso O ano era 2016. Era um domingo à tarde do dia 13 de novembro, quando a publicitária Mariana Costa, 33 anos, foi encontrada em seu quarto, na sua cama, sem vida, em um crime que chocou a população. As investigações e laudos periciais

apontaram que ela foi estuprada e assassinada por sufocamento - dias depois o seu cunhado, Lucas Porto, confessou a autoria dos crimes de estupro e asfixia. Lucas Porto era casado com a irmã de Mariana.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.376.orig.pdf>

Webinário sobre adoção no Brasil reunirá especialistas

No Dia Nacional da Adoção - 25 de maio - a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ - TJMA) e a Escola Superior da Magistratura realizam o webinário Diálogos sobre Adoção. O evento aberto ao público, com direito a certificação, será transmitido pelo canal HYPERLINK "<https://www.youtube.com/c/EADESMAM/featured>" \n _blank EAD ESMAM, no YouTube, a partir das 17 horas.

O objetivo é conscientizar sobre o tema e difundir as atualizações legais do instituto da adoção no ordenamento jurídico brasileiro.

As inscrições serão feitas por meio de formulário eletrônico na plataforma do YouTube durante o webinário. Além de representantes do Poder Judiciário, **Ministério Público**, Ordem dos Advogados do Brasil, podem participar profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, acadêmicos, pais e responsáveis por crianças e adolescentes, professores e demais interessados no tema.

PALESTRA A palestra marca a abertura do curso sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e suas Funcionalidades, promovido pela ESMAM e CIJTJMA, para capacitação de magistrados e servidores, que atuam em unidades judiciais com competência na área da infância e juventude.

O desembargador José de Ribamar Castro (presidente da CIJ-TJMA) abrirá o evento com participação da juíza Katy Braun do Prado, auxiliar da Coordenadoria da Infância e Juventude e titular da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Campo Grande (VIJI). Serão mediadores a juíza Clécia Pereira Monteiro (2ª Vara da Família de Açailândia) e o José Américo de Abreu Costa (1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís).

DIA NACIONAL O dia 25 de maio foi escolhido oficialmente em 2002, em homenagem ao I Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção, realizado no mesmo dia em 1996. Desde então, diversas ações e campanhas são desenvolvidas com o intuito de desmistificar e incentivar a adoção, além de promover a naturalização do tema.

No Brasil, a adoção é regulada pelo Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA), que prevê o direito da convivência familiar e comunitária com dignidade aos (às) pequenos (as). Esta é uma medida excepcional e irrevogável, e ocorre apenas quando esgotados todos os recursos para a manutenção da criança ou do (a) adolescente na família natural ou extensa.

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/289/20210525.pdf>

Maranhão reforça monitoramento da variante indiana do coronavírus

Chegada da nova cepa coincide com aumento das internações no estado. Flávio Dino, PCdoB, governador do Maranhão

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/25/TVGLOBONACIO>

[NAL-00.37.13-00.39.24-1621933502.mp4](#)

Defesa de Lucas Porto abandona o Fórum e julgamento é adiado para o final de junho

Preste a começar, na manhã dessa segunda-feira (24), o julgamento do empresário Lucas Leite Porto, denunciado pelo homicídio da publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, 33, a defesa do réu pediu o adiamento da sessão, que foi indeferido pela Justiça já no fim da manhã. O júri ocorreria no 4º **Tribunal do Júri** de São Luís, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau. O julgamento teve de ser adiado, pois apenas um dos setes advogados de Lucas Porto compareceu ao Fórum, e este abandonou o plenário.

A nova sessão do júri foi agendada para o dia 30 de junho deste ano.

As alegações da defesa para adiar o júri foram: os advogados queriam as imagens do local do crime que está num HD, e que alegaram que não tiveram acesso a elas; também quiseram acesso às mensagens do celular da vítima; acesso à perícia técnica que foi feita recentemente no 10º andar do prédio onde ocorreu o crime; e quiseram o desaforamento do júri (que o julgamento seja feito em outra capital do país, ou cidade/ comarca do Maranhão, em que não tenha acesso à comunicação). Sobre o último pedido, a defesa de Lucas Porto pedia, de certo modo, que a imprensa não fizesse o acompanhamento do julgamento.

O juiz titular da 4ª Vara do **Tribunal do Júri**, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, indeferiu todos os pedidos da defesa de Lucas Porto, e decidiu manter o júri. José Ribamar informou que foi dado início ao julgamento, inclusive, o magistrado ainda leu a denúncia contra o réu, porém, num intervalo de tempo para que as testemunhas e peritos fossem recolhidos em salas próprias, no retorno do intervalo, o advogado Ricardo Ponzetto não voltou, dando como abandono do plenário.

A acusação no julgamento do réu seria feita pelos promotores de Justiça **Marco Aurélio Ramos Fonseca** e André Charles Alcântara. O parecer do promotor Marco Aurélio foi pela realização do júri. "Abandono da defesa ao júri é um desrespeito à Justiça do Maranhão. O **Ministério Público** continuará pedindo a condenação de Lucas Porto, porque é uma questão de justiça", declarou o promotor Marco Aurélio.

O juiz José Ribamar Goulart Heluy, que chegou a iniciar a sessão do júri, realizando a parte em que é lida a denúncia ao réu, para que todos os presentes ao julgamento a ouvisse, falou sobre o pedido de desaforamento.

"Em relação ao caso de desaforamento, se o TJMA entender que seja, eu só tenho que embalar o processo e enviá-lo para a Comarca que o Tribunal determinar. Mas, no pedido formulado pela defesa de Lucas Porto, no fim de semana, o desembargador indeferiu a liminar. Os advogados do réu querem esperar pelo mérito", informou o juiz.

ENTREVISTA COLETIVA Por volta das 8h de ontem, também no Fórum Sarney Costa, durante entrevista coletiva, o **promotor de Justiça** Marco Aurélio declarou que o réu poderia ter condenação máxima. As qualificações do assassinato de Mariana são: feminicídio, asfixia, impossibilidade de defesa, e ocultação de provas. Sobre as penas, homicídio qualificado tem 12 a 30 anos de cárcere, e, por estupro de 6 a 12 anos. A soma das penas máximas seria de 42 anos de reclusão para Lucas Porto.

O crime aconteceu no dia 13 de novembro de 2016. Desde então, Lucas está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Já o julgamento estava marcado para começar às 8h30 de ontem, mas houve atraso devido ao juiz titular da 4ª Vara do **Tribunal do Júri**, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, ter feito a avaliação dos pedidos da defesa de Lucas Porto. O juiz indeferiu o pedido, e o julgamento seria iniciado, mas, o único advogado de defesa abandonou o plenário.

Participaram, também, da entrevista coletiva o juiz José Ribamar e a diretora do Fórum, Andréa Lago. O **promotor de Justiça** informou que há a possibilidade de pena máxima a Lucas Porto. "A defesa de Porto sempre buscou alternativas para colocar o réu em liberdade. Mas, a condenação do réu pode levá-lo a cumprir pena máxima, que seria de mais de 40 anos", informou Marco Aurélio.

Já o juiz José Ribamar informou que o julgamento teria média de 35 horas de oitivas, pois, até o momento em que a entrevista coletiva ocorria, estavam certos serem ouvidas dez testemunhas arroladas para a acusação, e mais dez pela defesa, além de oito peritos

públicos, e que três oficiais de justiça e seis assistentes técnicos trabalhariam para a sessão.

Quanto a Andréa Lago, a diretora do Fórum informou sobre medidas de prevenção do contágio pelo novo coronavírus, como uso de máscaras, distanciamento social e álcool em gel.

ADVOGADOS DE DEFESA NÃO COMPARECEM AO FÓRUM Na defesa de Lucas Porto, haviam sete advogados. Porém, seis deles não compareceram, na manhã de ontem, ao Fórum Sarney Costa.

Apenas o advogado Ricardo Ponzetto compareceu, mas, no início da tarde, quando juiz faria o sorteio dos jurados, Ponzetto abandonou o plenário onde ocorreria o júri. Devido a isso, o juiz concedeu o prazo de dez dias para o réu constituir novo advogado; e, caso não faça isso, será designado um defensor público para fazer a defesa do acusado no júri na nova data.

De acordo com o Fórum Sarney Costa, o magistrado comunicará à Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão, OAB-MA, e OAB-SP que o advogado Ricardo Ponzetto abandonou a defesa. Também aplicará multa no valor de 100 salários mínimos para ressarcimento ao erário.

FAMÍLIA DA VÍTIMA ESPERA PELA CONDENAÇÃO A irmã da vítima, Carolina Costa, que era esposa de Lucas Porto, em entrevista coletiva ontem, disse que foi uma longa espera pelo julgamento do suspeito.

"É um processo de 25 volumes, e não tem mais ao que a defesa do acusado recorrer. Acreditamos que hoje (ontem), os advogados de Lucas Leite Porto não tenham mais nenhuma carta na manga. A expectativa é que justiça seja feita. Minha irmã foi brutalmente estuprada e assassinada, ela tinha 25 lesões pelo corpo, eu mesma quando a vi no hospital constatei que ela estava muito machucada. Minha irmã lutou muito para viver", declarou Carolina Costa.

RELEMBRE O CASO 13 de novembro de 2016: A publicitária Mariana Costa, de 33 anos, foi encontrada morta no seu apartamento, no nono andar de um condomínio na Avenida Rei de França, no bairro Turu, em São Luís. Ela era filha do ex-deputado estadual Sarney Neto e sobrinha-neta do ex-presidente da República, José Sarney.

14 de novembro de 2016: Imagens de câmeras de segurança do prédio onde Mariana morava, obtidas pela Polícia Civil do Maranhão, constataram que o então cunhado da vítima, Lucas Porto, esteve por duas vezes no condomínio no dia em que em Mariana foi morta.

À polícia, a família da publicitária também confirmou a presença do suspeito no local.

16 de novembro de 2016: Em depoimento à Polícia Civil, Lucas Porto confessou que matou Mariana Costa. A motivação seria uma atração que ele tinha pela vítima.

17 de novembro de 2016: As roupas usadas por Lucas Porto, no dia do homicídio da publicitária, foram entregues à polícia pelos próprios familiares do assassino-confesso. As roupas foram usadas para reforçar a autoria do suspeito no crime.

1 de dezembro de 2016: A 4ª Vara do **Tribunal do Júri** de São Luís, recebeu a denúncia feita pelo **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) contra Lucas Porto, pelos crimes de estupro e homicídio qualificado.

A denúncia de homicídio teve quatro qualificadoras: morte por asfixia, causada por recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima, praticado por ocultar outro crime (estupro) e feminicídio.

5 de dezembro de 2016: Cinco dias após receber a denúncia, a Justiça do Maranhão negou a decretação de sigilo no processo que investigava a morte da publicitária Mariana Costa. O pedido havia sido feito pela defesa de Lucas Porto.

16 de março de 2017: Primeira audiência do caso é realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Ao todo, 16 testemunhas indicadas pela defesa e acusação, foram ouvidas. Dentre eles, o delegado Lúcio Rogério, da SHPP, responsável pela prisão de Lucas Porto horas após o crime.

17 de março de 2017: Durante a audiência realizada no dia anterior, a defesa de Lucas Porto alegou que o assassino confesso sofre de problemas mentais. A hipótese foi descartada pela irmã de Mariana e ex-esposa do suspeito.

31 de março de 2017: A Justiça negou o pedido de habeas-corpus da defesa de Lucas Porto, preso desde novembro de 2016, em São Luís. O pedido foi feito após a defesa ter afirmado que o acusado sofria de problemas mentais.

19 de maio de 2017: A segunda audiência de instrução do caso que investiga a morte da publicitária é realizada em São Luís. O processo chegou a ser suspenso para que uma perícia médica de avaliação mental do assassino confesso do crime, Lucas Porto, fosse realizada.

Julgamento de Lucas Porto é adiado pela 3ª vez - parte 1

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/25/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-06.56.46-07.01.05-1621944497.mp4

Ex-prefeita é investigada criminalmente por indícios de desvio verbas em Santo Amaro

A ex-prefeita Luziane Lopes Rodrigues Lisboa está no bojo de um Procedimento Investigatório Criminal (PIC) que apura indícios de desvios de verbas públicas na Prefeitura de Santo Amaro. A Portaria que informa a instauração do PIC foi publicada no Diário Eletrônico do **Ministério Público**.

Luziane Rodrigues teria realizado uma licitação com o intuito de contratar a empresa para desviar verbas públicas em seu próprio benefício e de terceiros durante o seu mandato.

O Procedimento Investigatório está sendo comandado pela titular da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Humberto de Campos, Maria do Nascimento Carvalho Serra Lima, que já determinou o encaminhamento de ofício à ex-gestora solicitando informações acerca das possíveis irregularidades.

A promotora também requisitou da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça, urgência no encaminhamento dos autos da análise dos processos licitatórios e de pagamento, quanto à regularidade e legalidade.

Se todos os fatos forem comprados, Luziane Rodrigues pode ser alvo de uma Denúncia do **Ministério Público**, que poderá levar à condenação por desvio de verbas públicas.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site: <http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/05/ex-prefeita-e-investigada-criminalmente-por-indicios-de-desvio-verbas-em-santo-amaro/>

Planejamento estratégico definirá demandas prioritárias do MPMA para os próximos anos

Assessoria

O **Ministério Público** do Maranhão vai iniciar, nesta quinta-feira, 27 de maio, a consulta pública para diagnóstico das demandas a serem priorizadas no Planejamento Estratégico da instituição. O questionário será disponibilizado no site institucional, no aplicativo **MPMA** Cidadão e ficará no ar por 30 dias.

O planejamento vai seguir as diretrizes do Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico Nacional do **Ministério Público** (PEN-MP), elaborado pelo Conselho Nacional do **Ministério Público** (CNMP) e aprovado em 26 de março de 2019.

Na prática, todos os MPs estaduais vão adequar seus planos durante a vigência do plano nacional, no período de 2020 a 2029. O **MPMA** optou, por iniciativa do procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, em elaborar o planejamento para os anos de 2021-2029.

A primeira etapa, correspondente ao diagnóstico, vai receber as contribuições de toda a população e também de membros e servidores da instituição. Em seguida, os dados serão sistematizados para indicação de objetivos e metas.

Com base nas informações recolhidas, o **Ministério Público** vai definir programas, projetos, iniciativas e indicadores para sua atuação nos 217 municípios maranhenses. O objetivo é que, após a conclusão das etapas do planejamento, prevista para setembro deste ano, o documento final estabeleça parâmetros para contribuir com a tomada de decisões estratégicas.

Na avaliação do diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão do **MPMA**, Carlos Henrique Vieira, o planejamento estratégico é uma das ferramentas mais importantes do **Ministério Público** e também de outras instituições.

Além disso, segundo o **promotor de justiça**, ao receber as contribuições da população, o **Ministério Público** permite que a sociedade aponte diretrizes, rumos e o que deve ser prioritário. "Assim, vamos garantir uma atuação de acordo com os nossos verdadeiros padrões, os cidadãos. Estamos produzindo canais para chegar a todos os setores da sociedade. Não queremos a visão única e exclusiva de membros

e servidores do MP ou dos atores do cenário jurídico. Queremos o desejo de toda a sociedade maranhense", afirmou Carlos Henrique Vieira.

Site: <https://www.ma10.com.br/2021/05/25/planejamento-estrategico-definira-demandas-prioritarias-do-mpma-para-os-proximos-anos/>

3º adiamento do julgamento de Lucas Porto

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/25/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-08.08.28-08.12.01-1621946496.mp4

Julgamento de Lucas Porto é adiado pela 3ª vez - parte 2

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/25/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.04.28-07.09.18-1621944546.mp4

Homem é preso após esfaquear pai e filho

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/25/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.33.41-07.35.50-1621944809.mp4

Prisão definitiva de dois homens que assaltaram um banco

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/25/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.47.06-07.48.19-1621945146.mp4

Investigação e prisão de furtos de cargas de soja

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/25/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.42.51-07.44.13-1621944985.mp4

3 homens são presos por assaltos

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/05/25/TVCIDADEAFRE>

CORDMA-07.15.41-07.17.19-1621944587.mp4

Advogado critica e considera manobras inúteis da defesa do empresário Lucas Porto no caso Mariana Costa

O advogado e militante dos **direitos humanos**, Luis Antonio Pedrosa, disse nas redes sociais não compreender manobras inúteis como estratégia de defesa . O causídico referia-se ao adiamento, pela terceira vez consecutiva, do júri para o julgamento do empresário Lucas Porto, acusado de assassinar a publicitária Mariana Costa em 2016, em São Luís.

Um júri adiado pela terceira vez no Estado, em que 60 mulheres morreram por feminicídio só no ano passado. Eu nunca compreendi essas manobras inúteis como estratégia de defesa. Os advogados apenas acrescentam ojeriza e repúdio da população contra seu cliente. Só isso , disse Pedrosa.

O juiz titular da 4º Vara do **Tribunal do Júri**, José Ribamar Goulart Heluy Junior, foi o responsável por presidir o julgamento. Devido à pandemia da Covid-19, houve restrições de acesso à sala do júri.

O empresário Lucas Porto permanece preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde responde pelos crimes de estupro, homicídio e feminicídio da publicitária Mariana Costa, sobrinha-neta do ex-presidente José Sarney.

Site:

<https://blogdomariocarvalho.blogspot.com/2021/05/advogado-critica-e-considera-manobras.html>